

PARECER Nº 825 , DE 2016

DA COMISSÃO DIRETORA

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 43, de 2016, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Nova Zelândia*.

Relator: Senador **JORGE VIANA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão Diretora o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 43, de 2016, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Nova Zelândia*. Cuida-se, nos termos do art. 1º da proposição, de *serviço de cooperação interparlamentar*, cuja finalidade é *incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos*.

Integrarão o Grupo Parlamentar Brasil-Nova Zelândia os membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem (art. 2º).

O art. 3º enumera, de forma exemplificativa, as atividades de cooperação interparlamentar, com destaque para:

I – visitas parlamentares;

II – realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV – intercâmbio de experiências parlamentares.

O Grupo Parlamentar terá regulamento interno ou, na falta deste, será regido por decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor (art. 4º, *caput*). Subsidiariamente à resolução decorrente da aprovação deste projeto e ao regulamento interno do grupo, aplicam-se o Regimento Comum do Congresso Nacional, o Regimento Interno do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados, nesta ordem (art. 4º, parágrafo único).

Na justificação do PRS, é destacado, a respeito da Nova Zelândia, sua *posição geográfica privilegiada por constituir uma ponte entre a Ásia e o Ocidente, permitindo uma aproximação relevante de uma porção continental com potencial de cooperação em diversos setores*. Ademais, é sabido que a *experiência neozelandesa na área de laticínios constitui um ponto forte daquele país, certamente de interesse na indústria brasileira de leite e derivados*.

Outro aspecto relevante para o fomento à cooperação entre Brasil e Nova Zelândia repousa no fato de que, *no campo do turismo, reconhece-se a capacidade da indústria neozelandesa de serviços, com alta desenvoltura na promoção de suas belezas, na divulgação dos traços culturais e na preservação dos traços dos povos nativos*. É ressaltado, finalmente, que *o parlamento neozelandês constitui um exemplo de maior tempo de funcionamento no mundo, possibilitando com isso uma permuta de experiência a ser conhecidas*.

A proposição, apresentada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, foi distribuída a esta Comissão Diretora em 7 de julho de 2016, e este que subscreve designado Relator.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Nada encontramos no Regimento Interno do Senado Federal (RISF) que impeça a criação de grupos parlamentares. De fato, a iniciativa tem precedentes virtuosos, e esses grupos se revelam importantes para a atividade parlamentar. Estamos seguros de que a participação no grupo parlamentar que se pretende criar por meio do PRS nº 43, de 2016, caracteriza-se como função própria do mandato de Senador.

No mérito, o estreitamento dos laços parlamentares com a Nova Zelândia é importante para o Poder Legislativo brasileiro. Entendemos que o compartilhamento de experiências entre os dois Parlamentos só tem a contribuir para nossas democracias. Iniciativa louvável, portanto.

Ademais, a proposição representa o exercício da chamada “diplomacia parlamentar”, a qual tem se mostrado cada vez mais relevante nas relações internacionais e contribuído para a democratização dos processos decisórios nesse campo.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 43, de 2016.

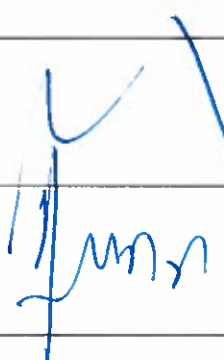
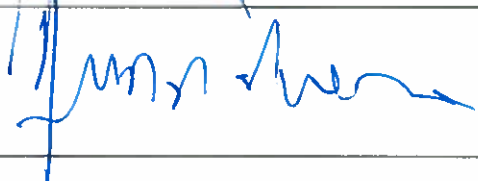
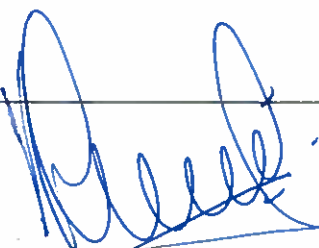
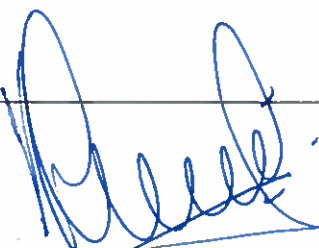


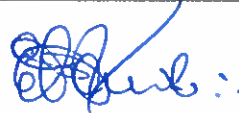
Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

5ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

19 de outubro de 2016, às 10:30h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	